

SÉRIE ANTROPOLOGIA

397

**DIREITO, IDENTIDADE E CIDADANIA
NA FRANÇA: UM CONTRAPONTO**

(Édition bilingue)

**DROIT, IDENTITÉ ET CITOYENNETÉ
EN FRANCE: UN CONTREPOINT**

Luís R. Cardoso de Oliveira

**Brasília
2006**

Direito, Identidade e Cidadania na França: Um Contraponto

Luís R. Cardoso de Oliveira

Resumo

Procurar-se-á investigar a relação entre direito, identidade e cidadania na França, como contraponto ao trabalho que venho realizando sobre o tema no Brasil, EUA e Canadá. Assim, a tradição do republicanismo francês será incorporada ao quadro comparativo, e o empreendimento terá como foco o debate público sobre o tema a partir de dois problemas empíricos bem definidos: (1) lei sobre a utilização de símbolos religiosos na escola; e, (2) o **NÃO** francês à Constituição Européia.

Introdução

Há mais de dez anos venho discutindo problemas associados à relação entre direito, identidade e cidadania, com material de pesquisa proveniente do Brasil, Canadá/Quebec e Estados Unidos. Assim, o individualismo norte-americano em suas vertentes estadunidense e canadense, articulados às demandas por reconhecimento do Quebec e à idéia de direitos coletivos da população *québécoise*, vem sendo sistematicamente comparados aos dilemas da cidadania no Brasil. Aqui, inspirando-me em DaMatta (1979), o caráter relacional da sociedade brasileira conjuga individualismo e holismo, ou os valores de igualdade e hierarquia, de maneira singular, particularmente realçados na comparação com a tradição liberal norte-americana. Assinalei então a existência de déficits de cidadania em direções opostas no Brasil e nos EUA, além da dificuldade canadense para lidar com a dimensão de insulto moral em sua crise constitucional, assim como sugeri uma desarticulação entre esfera pública e espaço público no Brasil (Cardoso de Oliveira 1996 e 2002), remanescente do “paradoxo legal brasileiro” caracterizado por Kant de Lima (1995). Embora ainda tenha muito a refletir sobre esta comparação à luz do material empírico já levantado, gostaria de renovar meu olhar sobre o problema acrescentando uma incursão na tradição francesa como um contraponto. Diferentemente do liberalismo de matriz anglo-saxã, o republicanismo francês procura associar a ênfase nos direitos individuais com uma ênfase igualmente forte em ideais de solidariedade, tão bem expressa no lema da revolução francesa: igualdade, liberdade e fraternidade. A propósito, Habermas caracteriza a diferença republicana assim: “ao revés, segundo a tradição republicana, estes direitos subjetivos provém de uma ordem objetiva que, de uma só vez, torna possível e garante a integridade de uma vida em comum calcada na igualdade de direitos, na autonomia e no respeito recíproco” (1998: 262).

Na mesma direção, apesar de as tradições liberal e republicana encontrarem dificuldade para lidar com demandas de segmentos culturalmente diferenciados, enquanto a discussão sobre multiculturalismo nos EUA, ou sobre as demandas por reconhecimento no Quebec, revelam os limites da concepção liberal no que concerne à relação entre igualdade e uniformidade ou à extensão da articulação entre direito e identidade (Taylor 1994; Cardoso de Oliveira 2002), o republicanismo na França parece não admitir demandas ou direitos culturalmente diferenciados na esfera pública

(Amselle 1996; Schnapper 1994 e 2000). O significado da precedência atribuída à vontade geral rousseauiana no contexto francês é agravado pela ideologia nativa que, segundo Dumont, se singularizaria por formar cidadãos que se pensam “homens por natureza e franceses por acidente” (1994: 3). Isto é, os valores da democracia e da cidadania são em certa medida naturalizados e sociocentricamente universalizados, como sugerem Dumont e Amselle nas obras citadas. Diferentemente do contexto norte-americano, o republicanismo francês tem grande resistência à idéia de integração (social) sem assimilação, pois o exercício da liberdade e da igualdade não seria adequadamente distinguido da maneira francesa de ser.

Justificativa

Além das diferenças frente ao liberalismo anglo-saxão, é conhecida a influência do republicanismo francês na política e na intelectualidade brasileiras o que, por si só, justificaria a comparação. Entretanto, gostaria de chamar a atenção para dois problemas que ocupam a esfera pública francesa na contemporaneidade e que estão no centro do meu empreendimento. Trata-se (1) da lei promulgada em 2004 proibindo a utilização de símbolos religiosos nas escolas públicas, e (2) do **NÃO** francês à Constituição Européia no plebiscito realizado recentemente, em 29 de maio de 2005. Ao mesmo tempo em que ambos problemas trazem à tona a relação entre direito e identidade, o fazem a partir de perspectivas opostas. Pois, enquanto o primeiro enfatiza a idéia de uniformidade e nega a legitimidade de diferenças no espaço público, de acordo com a tradição, o segundo chama a atenção para a preocupação quanto à preservação de certos aspectos da singularidade francesa numa Europa constitucionalmente integrada como unidade política privilegiada, assumindo funções que hoje ainda estão nas mãos dos Estados-nação. A compreensão de como as duas perspectivas se articulam certamente contribuirá para uma melhor percepção do contraponto francês, assim como para a renovação de minhas reflexões sobre os direitos de cidadania na contemporaneidade e sobre a singularidade brasileira neste quadro.

No que concerne à *Loi sur le port des signes religieux à l'école*, promulgada em 15 de março de 2004, fica muito clara a importância atribuída ao princípio de laicidade como característica central de um Estado neutro no plano das crenças, vista como condição para garantir a igualdade entre os cidadãos. A neutralidade defendida aqui é bastante abrangente, incluindo não apenas os símbolos religiosos, mas também aqueles associados à identidade político-partidária, sem deixar de ser sensível à desigualdade de gênero. No dossier divulgado pela Assembléia Nacional,¹ por exemplo, a lei fala na imposição (autoritária e indevida) do uso do véu para as meninas muçulmanas, a qual não afetaria os meninos, agravando assim a situação de desigualdade. Neste aspecto, a redação da lei está em acordo com argumentos liberais e republicanos que fundamentam o princípio da liberdade religiosa no Estado Moderno. Da mesma forma, permite uma caracterização mais nítida da diferença entre os pares neutralidade/respeito de um lado, e reconhecimento/consideração do outro.

Como tenho procurado argumentar (Cardoso de Oliveira 2002), uma das dificuldades das demandas por reconhecimento na contemporaneidade é o fato delas cobrarem uma identificação de valor ou mérito dissociada de desempenho, como característica intrínseca ao grupo (ou pessoa). Em certa medida a reivindicação é associada ao paradigma da honra, à *la ancien régime*, que teria sido transformado através da noção de dignidade na modernidade (Berger 1983; Taylor 1994), e percebida

¹ *Dossier pédagogique “Laïcité”* <<http://education.assemblee-nationale.fr>>.

como incompatível com o direito positivo vigente. Entretanto, além da falta de reconhecimento constituir-se em fato político empiricamente relevante e de difícil equacionamento neste quadro, tenho sugerido que em várias circunstâncias a ausência de reconhecimento pode ser caracterizada como um *ato de desconsideração*, ou insulto moral, e, portanto, como uma agressão que mereceria reparação. Isto é, o paradigma da tolerância e da liberdade religiosa não permite a satisfação das demandas por reconhecimento nem garante a integridade ético-moral da população afetada, ou um equilíbrio adequado entre os princípios de justiça e solidariedade para viabilizar o exercício pleno da cidadania (Cardoso de Oliveira 1996). Enquanto as idéias de neutralidade e respeito enfatizam uma atitude de impessoalidade radical, frente ao indivíduo genérico (o *unencumbered self*) e indiferenciado no espaço público, as noções de reconhecimento e consideração demandariam uma manifestação de apreço da parte do interlocutor (Cardoso de Oliveira 2004: 122-135).

Apesar desta resistência às demandas por reconhecimento, freqüentemente identificadas com a perspectiva do *communautarisme* —que aqui é percebido como prejudicial aos valores da sociedade mais ampla e tem um sinal negativo—,² esta mesma tradição não deixa de se preocupar com a problemática do amor próprio e da *estime de soi*, também referida à obra de Rousseau, e que tem repercutido no debate recente sobre *la considération*, definida como um direito humano (Haroche et Vatin 1998). Em vista das conexões evidentes entre as problemáticas da *consideração* e do reconhecimento, uma de minhas indagações ao investir no contraponto francês refere-se às diferenças e similaridades entre as tradições que abraçam estes conceitos à luz do debate público sobre os dois problemas/eventos mencionados acima: (1) a lei sobre a utilização de símbolos religiosos na escola; e, (2) o **NÃO** francês à Constituição Européia. Além do acompanhamento do debate pela imprensa, e da participação em discussões com o mundo acadêmico-intelectual, a começar pelo laboratório ao qual estarei vinculado (LAIOS: *laboratoire d'anthropologie des institutions et des organisations sociales*), os três meses de imersão na vida cotidiana francesa deverão enriquecer muito minha compreensão sobre os dois problemas.

Conforme indicado, o **NÃO** à Constituição Européia traz à tona o caráter problemático da relação entre direito, cidadania e identidade a partir de motivação aparentemente oposta. Segundo um articulista do *Le Monde* em 30 de maio de 2005: “o referendun traduz a inquietude identitária dos franceses: a Europa os interessa apenas como um prolongamento da França...” (Baudry). Ou seja, a preocupação aqui estaria associada à reprodução ou expansão da singularidade francesa, ainda que vista como portadora de valores universais. É verdade que o significado do **NÃO** tem encontrado outras interpretações: afirmação de hostilidade ao governo nacional no momento, mais do que uma crítica ao texto constitucional, caracterizando um voto de protesto, como teria ocorrido na eleição presidencial em 21 de abril de 2002; crítica ao liberalismo da União Européia e receio de restrições à política social francesa; medo de agravamento do desemprego e etc. Entretanto, dada à singularidade francesa no que concerne às suas políticas sociais no âmbito da União Européia, e a resistência em acompanhar reformas já realizadas em países vizinhos como a flexibilização da legislação trabalhista, fica difícil distinguir com precisão as dimensões político-econômicas associadas à globalização e ao neoliberalismo de maneira geral, e a dimensão identitário-cultural que caracterizaria a cidadania na França.

² Mas Wierviorka (apud Igreja 2005: 17), a propósito do contexto francês, faz uma diferença importante entre “*communautariens*” e “*communautariste*”. No caso dos primeiros, a ênfase no reconhecimento de identidades coletivas seria motivada por valores de caráter universalista.

Da mesma forma, os dois problemas/eventos que mediarão minha incursão no contraponto francês deverão viabilizar a percepção do lugar dos sentimentos na articulação entre direitos, identidade e cidadania. Meu material de pesquisa sobre o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá tem indicado a importância dos sentimentos como canal de expressão de significados e percepções sobre direitos que não encontram formulação adequada no discurso jurídico-político em sentido estrito. Em algumas oportunidades a expressão dos sentimentos também se revela um instrumento efetivo para a internalização de valores e a percepção de certo tipo de agressão a direitos (Cardoso de Oliveira 2002:75-93). Como é freqüentemente mais difícil controlar a emoção e os sentimentos do que a razão ou as representações que acionamos no plano cognitivo, e de forma distanciada, os primeiros constituem um rico universo de significados para compreensão das práticas sociais. Aliás, sob este aspecto, as emoções e os sentimentos têm o mesmo potencial de desvelamento das crises e dos conflitos, quando em muitas circunstâncias os atores se vêem na contingência de reagir espontaneamente. Sempre que possível privilegiarei o foco em situações nas quais as questões empíricas da pesquisa forem *dramatizadas* pelos atores, como no desenrolar de polêmicas sobre o **NÃO** no referendun de 29 de maio ou nos eventos em que a aplicação da lei que proíbe a utilização de símbolos religiosos na escola for contestada. A fecundidade destas situações não está nas respostas que oferecem, mas nas questões que sugerem para investigação ulterior e/ou para explorar em entrevistas. De certo modo, estarei retomando a preocupação tradicional da antropologia com a força dos rituais na produção de sentidos e definição das relações sociais, e que vem sendo explorada com sucesso pelo Núcleo de Antropologia da Política (Peirano 2002; Cardoso de Oliveira 2002).

Finalmente, as três dimensões temáticas que propus para viabilizar uma compreensão abrangente das causas judiciais podem ser facilmente adaptadas aos direitos de cidadania e aos conflitos de uma maneira geral, e orientarão a perspectiva do pesquisador: (1) a dimensão dos direitos vigentes na sociedade ou comunidade em questão, por meio da qual é feita uma avaliação da correção normativa do comportamento ou do pleito das partes na questão em tela; (2) a dimensão dos interesses, por meio da qual os atores e instituições fazem uma avaliação das vantagens e/ou prejuízos materiais provocados pela observação ou desrespeito aos direitos vigentes ou pleiteados pelos envolvidos; e, (3) a dimensão do reconhecimento, por meio da qual os atores querem ver sua dignidade observada pelos interlocutores e/ou pelo Estado por meio de um tratamento com respeito e consideração.³

Síntese da Bibliografia de Referência

Além da interlocução com a bibliografia que viabilizou a formulação do problema, e que está parcialmente associada ao meu trabalho de pesquisa anterior, as referências sobre o contexto francês poderiam ser divididas em três ou quatro eixos complementares: (1) consideração e reconhecimento; (2) reciprocidade e o paradigma da dádiva; (3) cidadania e multiculturalismo, e (4) etnografias sobre cidadania e democracia na França e na União Européia.

Uma palavra inicial sobre a bibliografia que orientou a formulação do problema. Desde minha comparação inicial entre Brasil e EUA (Cardoso de Oliveira 1996) tenho me beneficiado do diálogo com os trabalhos de Berger (1983) e Taylor (1989; 1993; 1994; 2004) sobre a transformação da noção de honra em dignidade e suas implicações

³ As três dimensões foram adaptadas a partir de minha formulação original em Cardoso de Oliveira (2004: 127).

para as noções de eu, pessoa, indivíduo, e cidadão, desembocando na problemática do reconhecimento. Num segundo momento incorporei as contribuições de Honneth (1996) a partir da noção hegeliana de *Mißachtung* ou desconsideração (literalmente desatenção), e aquelas reunidas na coletânea editada por Haroche e Vatin sobre *la considération* e seu oposto (1998), que me permitiram caracterizar com mais força a falta de reconhecimento como um insulto moral. Isto é, não apenas como a não observação de um direito humano cuja implementação seria desejável, mas como um ato inaceitável, e que pelo menos em certas circunstâncias demandaria reparação à luz dos próprios princípios que regem as democracias modernas-contemporâneas. Defini então conceitualmente o insulto como um evento com duas características básicas: “(1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro” (Cardoso de Oliveira 2005a).

A primeira conexão importante desta formulação relativamente ao contexto francês se dá através da obra de Haroche et Vatin mencionada acima, sobre *la considération*, e da literatura sobre a dádiva ou a reciprocidade como um novo paradigma. O diálogo com estes dois eixos de preocupação marca a recepção da problemática do reconhecimento na França e é difícil separá-los radicalmente. A obra organizada por Haroche e Vatin (idem) reúne contribuições de várias áreas das humanidades (antropólogos, sociólogos, filósofos, historiadores, juristas), revelando a amplitude do debate, e indicando a importância da herança rousseauiana na perspectiva francesa sobre o reconhecimento. Já o foco na dádiva ou reciprocidade tem como principal referência a *Revue du M.A.U.S.S.*, dirigida por Alain Caillé. O número 23 da revista, publicado em 2004, é inteiramente dedicado ao tema do reconhecimento e tem como título “*De la reconnaissance — Don, identité et estime de soi*”. Além de incluir textos importantes do grupo mais ligado à revista (e ao Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais), este número divulga também contribuições de Honneth e Fraser, referências significativas no debate mais amplo (Fraser e Honneth 2003), e o trabalho interessante de um sociólogo brasileiro (Martins 2004: 381-393). A meu ver, um dos aspectos relevantes das discussões do M.A.U.S.S está na ênfase atribuída ao elo social nas relações analisadas a partir da ótica da dádiva (Godbout & Caillé 1992) (Caillé 1998) (Godbout 1998). Neste contexto, caracterizei as situações nas quais o insulto moral ganha o primeiro plano como aquelas em que a qualidade do elo social entre as partes é mais significativa para elas do que a dimensão dos interesses ou dos direitos individuais (subjetivos). Isto é, a dimensão temática do reconhecimento teria precedência e, a partir da lógica da dádiva, sugeri que o reconhecimento seria a outra face do *hau* do doador na formulação original de Mauss (Cardoso de Oliveira 2004: 122-135).

Em uma de suas últimas publicações Ricoeur (2005) empreende uma discussão abrangente sobre a problemática do reconhecimento, estabelecendo diálogo com diferentes perspectivas e tradições. Assim, articula o reconhecimento com as perspectivas da dádiva e da consideração, e sugere várias possibilidades interessantes para focar o tema a partir da interlocução com a obra de autores como Boltanski (1990), Boltanski & Thévenot (1991), Anspach (2002) e Hénaff (2002). Todas estas abordagens têm em comum com a questão do reconhecimento e do seu inverso, o insulto moral, a atribuição de uma ênfase especial ou uma certa precedência à dimensão simbólica das relações sociais para torná-las inteligíveis.

O terceiro eixo da bibliografia de referência é aquele que enfrenta a relação entre cidadania e multiculturalismo no âmbito do republicanismo francês. Já mencionei o

livro de Amselle (1996), de uma perspectiva crítica à auto-compreensão deste republicanismo, e os trabalhos de Schnapper (1994; 1998; 2000; 2002), que pretendem dar conta das demandas multiculturalistas a partir da ótica republicana da neutralidade cultural no espaço público. Na mesma linha, mas com diferenças significativas de ênfase e privilegiando o discurso filosófico sobre a relação entre tolerância e pluralismo, consulte a interessante coletânea organizada por Dumouchel & Melkevik (1998). Ainda não consegui ter acesso aos trabalhos de Wieviorka (2001; 2003), que aparentemente procura resgatar a dimensão universalista das bandeiras multiculturalistas para além dos limites definidos pelo republicanismo, talvez de forma similar às propostas de Kymlicka (1995) no âmbito do liberalismo. Também preciso ter acesso ao livro de Tourraine (1997) sobre o tema.

O último eixo de referências tem um foco mais etnográfico e, num primeiro momento, privilegiará trabalhos como os de Isaac Joseph (1998) e aqueles produzidos no âmbito do laboratório ao qual estarei vinculado (LAIOS), o que facilitará o diálogo direto com os autores. Parte desta produção eu já conheço, como a etnografia de Abélès sobre o Parlamento Europeu (1992), ou a coletânea organizada por ele e Judy sobre *Anthropologie du politique* (1997). Entretanto, o laboratório tem um número expressivo de pesquisadores trabalhando sobre o tema da cidadania, identidade e democracia na União Européia, assim como na própria França. Neste sentido, os trabalhos de Bellier (2000; 2001; 2002) sobre cidadania e identidade na União Européia, ou os de Neveu (2001; 2002; 2003) e Laborde (2000; 2004) sobre bairros no meio urbano francês ou sobre regiões bascas na França estão no topo da minha lista.

Objetivos, Delimitação do Objeto e Metodologia

Conforme definido ao longo do texto, o principal objetivo deste estágio na França seria a investigação da percepção francesa sobre a relação entre direito e identidade no plano da cidadania, como contraponto às reflexões que venho realizando sobre o tema a partir da comparação entre Brasil, EUA e Canadá/Quebec. Neste empreendimento, o trabalho se desenvolveria através do acompanhamento do debate público sobre o tema tendo como foco dois problemas empíricos bem delimitados: (1) lei sobre a utilização de símbolos religiosos na escola; e, (2) o **NÃO** francês à Constituição Européia. Além do material disponibilizado na imprensa e na mídia de uma maneira geral, a pesquisa sobre os dois problemas empíricos seria articulada com o diálogo com a literatura sobre os quatro eixos complementares delineados acima, na Síntese da Bibliografia de Referência. A partir da interação com os colegas do LAIOS ampliaria meu diálogo direto com o universo acadêmico-intelectual parisiense, através da participação em seminários e eventos diversos que me permitissem discutir o tema da pesquisa. A propósito, já estou estabelecendo contato com colegas de outras instituições que têm interesse sobre o tema e que estarão recebendo, em novembro, cópias da versão francesa de meu livro comparativo sobre Brasil, Quebec e EUA (2002; 2005b), a ser lançado nas próximas semanas na França e no Quebec. Trabalharei apenas com dados qualitativos tendo como base a análise de textos, entrevistas informais, e observação participante nestes três meses de imersão na vida cotidiana em Paris.

Plano de Trabalho, Cronograma e Análise de Resultados

No que concerne ao plano ou cronograma de trabalho em Paris, a idéia seria investir nas leituras de etnografias sobre cidadania e democracia na França ou relacionadas ao multiculturalismo (eixos 3 e 4) durante o primeiro mês do estágio, e incorporar de forma sistemática os outros eixos temáticos da literatura nos dois últimos

meses. As entrevistas também seriam intensificadas nesta segunda etapa do estágio. Finalmente, a análise do material seria realizada quando de meu retorno ao Brasil, e os resultados seriam divulgados através de publicações em revistas especializadas.

Droit, Identité et Citoyenneté en France; un contrepoint

Luís R. Cardoso de Oliveira

Résumé

Des recherches seront entreprises sur la relation entre le droit, l'identité et la citoyenneté en France en contrepoint du travail que je mène sur ce thème au Brésil, aux États-Unis et au Canada. La tradition républicaine française sera ainsi intégrée au tableau comparatif, et nos recherches porteront sur le débat public sur ce thème à partir de deux problèmes empiriques bien définis : (1) la loi sur l'utilisation de symboles religieux à l'école ; et (2) le **NON** français à la Constitution européenne.

Introduction

Depuis plus de dix ans, je m'intéresse aux problèmes liés à la relation entre le droit, l'identité et la citoyenneté à l'aide d'un matériel de recherche provenant du Brésil, du Canada/Québec et des États-Unis. L'individualisme nord-américain dans ses versants étasunien et canadien, liés aux demandes de reconnaissance du Québec et au concept de droits collectifs de la population québécoise, a été ainsi systématiquement comparé aux dilemmes de la citoyenneté au Brésil. Tout en m'inspirant de DaMatta (1979) dans le présent travail, le caractère relationnel de la société brésilienne conjugue de manière singulière l'individualisme et le holisme, ou les valeurs d'égalité et de hiérarchie, particulièrement mis en évidence dans la comparaison avec la tradition libérale nord-américaine. Outre la difficulté canadienne de répondre à la dimension de l'insulte morale au cours de sa crise constitutionnelle, j'ai alors signalé l'existence de déficits de citoyenneté dans des directions opposées au Brésil et aux États-Unis et j'ai également suggéré une désarticulation entre la sphère publique et l'espace public au Brésil (Cardoso de Oliveira, 1996 et 2002), réminiscence du « paradoxe légal brésilien » caractérisé par Kant de Lima (1995). Même si je dois encore beaucoup réfléchir à cette comparaison à la lumière du matériel empirique déjà consulté, j'ai l'intention de porter un nouveau regard sur ce problème tout en faisant une incursion dans la tradition française en guise de contrepoint. A la différence du libéralisme d'origine anglo-saxonne, le républicanisme français cherche à associer l'accent qui est mis sur les droits individuels à un fort idéal de solidarité, si bien exprimé dans la devise de la révolution française : l'égalité, la liberté et la fraternité. A ce propos, Habermas caractérise ainsi la différence républicaine : « en revanche, d'après la conception républicaine, ces droits subjectifs proviennent d'un ordre juridique objectif qui, tout à la fois, rend possible et garantit l'intégrité d'une vie en commun reposant sur l'égalité de droits, sur l'autonomie et sur le respect réciproque » (1998 : 262).

Dans ce sens, même si les traditions libérale et républicaine rencontrent des difficultés à répondre à des demandes de secteurs culturellement différenciés, alors que la discussion sur le multiculturalisme aux États-Unis ou sur les demandes de reconnaissance au Québec révèle les limites de la conception libérale en ce qui concerne soit la relation entre l'égalité et l'uniformité soit l'extension de l'articulation entre le droit et l'identité (Taylor 1994 ; Cardoso de Oliveira 2002), le républicanisme en France semble ne pas admettre des demandes ou des droits culturellement différenciés au sein de la sphère publique (Amselle 1996 ; Schnapper 1994 et 2000). Le sens de la préséance attribuée à la volonté générale chez Rousseau dans le contexte français s'aggrave avec

l'idéologie native qui, selon Dumont, se singularise car elle forme des citoyens qui pensent « Je suis homme par nature et français par accident » (1991 :15). Autrement dit, les valeurs de la démocratie et de la citoyenneté sont, d'une certaine manière, naturalisées et « sociocentriquement » universalisés, ainsi que le suggèrent Dumont et Amselle dans les oeuvres citées. A la différence du contexte nord-américain, le républicanisme français fait preuve d'une grande résistance à l'idée d'intégration (sociale) sans assimilation, car l'exercice de la liberté et de l'égalité ne serait alors pas correctement distingué de la manière française d'être.

Motivations

Outre les différences avec le libéralisme anglo-saxon, l'influence du républicanisme français est connue au sein de la politique et de l'intellectualité brésilienne, ce qui justifierait la comparaison en soi. Cependant, je souhaite attirer l'attention sur deux problèmes qui occupent la sphère publique française dans la contemporanéité et sur lesquels est axé mon travail. Il s'agit (1) de la loi promulguée en 2004 interdisant l'utilisation de symboles religieux dans les écoles publiques, et (2) du **NON** français à la Constitution européenne au cours du référendum qui s'est tenu récemment, le 29 mai 2005. Alors que les deux questions font émerger la relation entre le droit et l'identité, elles le font à partir de perspectives opposées. Car, tandis que la première met l'accent sur l'idée d'uniformité et nie la légitimité des différences dans l'espace public selon la tradition, la deuxième attire l'attention sur le souci quant à la préservation de certains aspects de la singularité française dans une Europe constitutionnellement intégrée en tant qu'unité politique privilégiée, tout en assumant des fonctions qui sont encore aujourd'hui dans les mains des Etats-nations. La compréhension de la manière dont ces deux perspectives s'articulent contribuera certainement à une meilleure perception du contrepoint français, ainsi qu'au renouvellement de ma réflexion sur les droits de citoyenneté dans la contemporanéité et sur la singularité brésilienne dans ce cadre.

En ce qui concerne la loi sur le port des signes religieux à l'école, promulguée le 15 mars 2004 et vue comme condition pour garantir l'égalité entre les citoyens, l'importance attribuée au principe de laïcité devient très claire en tant que caractéristique centrale d'un Etat neutre au plan des croyances. La neutralité défendue ici est assez large et elle comprend non seulement les symboles religieux mais aussi les symboles associés à l'identité politico-partisane, sans cesser d'être sensible à l'inégalité de genre. Dans le dossier diffusé par l'Assemblée nationale,⁴ par exemple, la loi parle de l'imposition (autoritaire et induite) du port du voile pour les filles musulmanes, imposition qui n'affecterait pas les garçons, aggravant ainsi l'inégalité. Sur cet aspect, la rédaction de la loi est en accord avec des arguments libéraux et républicains qui fondent le principe de la liberté religieuse dans l'Etat moderne. De même, elle permet une caractérisation plus nette de la différence entre les paires neutralité/respect d'une part, et reconnaissance/considération d'autre part.

Comme j'ai essayé de le démontrer (Cardoso de Oliveira 2005b), l'une des contraintes des demandes de reconnaissance dans la contemporanéité est le fait que ces demandes réclament une identification de valeur ou de mérite dissociée de la performance en tant que caractéristique intrinsèque du groupe (ou de la personne). Dans une certaine mesure, la revendication est associée au paradigme de l'honneur, comme dans l'ancien régime, qui aurait été transformé à travers la notion de dignité dans la

⁴ Dossier pédagogique "Laïcité" <<http://education.assemblee-nationale.fr>>

modernité (Berger 1983, Taylor 1994). En outre, elle est perçue comme incompatible avec le droit positif en vigueur. Cependant, outre le fait que le manque de reconnaissance constitue un fait politique empiriquement important dont la modélisation s'avère difficile dans ce cadre, j'ai suggéré l'idée que l'absence de reconnaissance peut être caractérisée, dans certaines circonstances, comme un acte de déconsidération, ou encore comme une insulte morale, et donc comme une agression méritant réparation. Autrement dit, le paradigme de la tolérance et de la liberté religieuse ne permet pas la satisfaction des demandes de reconnaissance et ne garantit ni l'intégrité éthico-morale de la population affectée, ni l'équilibre adéquat entre les principes de justice et de solidarité rendant possible le plein exercice de la citoyenneté (Cardoso de Oliveira 1996). Alors que les idées de neutralité et de respect mettent l'accent sur une attitude d'impersonnalité radicale face à l'individu générique (*l'unencumbered self*) et indifférencié dans l'espace public, les notions de reconnaissance et de considération demanderaient une manifestation d'estime de la part de l'interlocuteur (Cardoso de Oliveira 2004 : 122-135).

Malgré cette résistance aux demandes de reconnaissance, souvent identifiées dans la perspective du communautarisme – perçu ici comme porteur de préjudice aux valeurs de la société en général et ayant une connotation négative –,⁵ cette même tradition reste toujours préoccupée par la problématique de l'amour propre et de l'estime de soi, également évoquée dans l'ouvrage de Rousseau, et qui a débordé sur le débat récent à propos de la considération, définie comme un droit humain (Haroche et Vatin 1998). Au vu des connexions évidentes entre les problématiques de la considération et de la reconnaissance, l'une de mes recherches, lorsque je me suis fixé sur le contrepoint français, se réfère aux différences et aux similarités entre les traditions qui embrassent ces idées à la lumière du débat public sur les deux problèmes/événements mentionnés plus haut : (1) la loi sur l'utilisation de symboles religieux à l'école, et (2) le **NON** français à la Constitution européenne. Outre le suivi du débat par la presse et de la participation dans des discussions avec le monde universitaire et intellectuel, à commencer par le laboratoire auquel je serai rattaché (LAIOS : laboratoire d'anthropologie des institutions et des organisations sociales), les trois mois d'immersion dans la vie quotidienne française enrichiront beaucoup ma compréhension de ces deux questions.

Comme je l'ai déjà signalé, le **NON** à la Constitution européenne met en cause la relation entre le droit, la citoyenneté et l'identité à partir d'une motivation apparemment opposée. Selon un chroniqueur du quotidien *Le Monde* du 30 mai 2005, « le référendum traduit l'inquiétude identitaire des Français : l'Europe ne les intéresse que comme un prolongement de la France... » (Baudry). Autrement dit, la préoccupation ici est associée à la reproduction ou à l'expansion de la singularité française, même si elle est vue comme porteuse de valeurs universelles. Il est vrai que la signification du **NON** a rencontré d'autres interprétations : l'affirmation de l'hostilité au gouvernement national à cette occasion, plus qu'une critique au texte constitutionnel, caractérisant ainsi un vote de protestation, comme cela y avait été le cas lors de l'élection présidentielle le 21 avril 2002 ; la critique du libéralisme de l'Union Européenne et la crainte des restrictions sur la politique sociale française ; la peur de l'aggravation du chômage etc. Cependant, étant donnée la singularité française en ce qui concerne ses politiques sociales dans le cadre de l'Union Européenne, et la résistance à suivre des

⁵ Mais Wierviorka (apud Igreja 2005: 17), à propos du contexte français, fait une différence importante entre communautariens et communautariste. Chez les premiers, l'accent mis sur la reconnaissance d'identités collectives serait motivé par des valeurs à caractère universaliste.

réformes déjà réalisées dans des pays voisins, telles que l'assouplissement de la législation du travail, il devient difficile de distinguer avec précision, d'un côté, les dimensions politico-économiques de la mondialisation et, de l'autre, l'identité culturelle associée à la citoyenneté en France.

De même, les deux problèmes/événements, par l'intermédiaire desquels je ferai mon incursion dans le contrepoint français, devront permettre la perception de la place des sentiments dans l'articulation entre les droits, l'identité et la citoyenneté. Mon matériel de recherche sur le Brésil, les États-Unis et le Canada a montré l'importance des sentiments comme canal d'expression de significations et de perceptions sur les droits qui ne rencontrent pas de formule adéquate dans le discours juridico-politique au sens strict. Quelques fois, l'expression des sentiments se révèle aussi un instrument effectif pour l'internalisation de valeurs ainsi que pour la perception d'un certain type d'agression à des droits (Cardoso de Oliveira 2005b : 79-98). Puisqu'il est souvent plus difficile de contrôler l'émotion et les sentiments que la raison ou les représentations que nous actionnons sur le plan cognitif et de façon distanciée, les premiers constituent un univers riche de significations pour la compréhension des pratiques sociales. C'est sous cet aspect, d'ailleurs, que les émotions et les sentiments ont le même potentiel de révélation des crises et des conflits, lorsque dans des circonstances différentes les personnes impliquées se voient dans l'urgence de réagir spontanément. Je prétends centrer mon regard, dans la mesure du possible, sur des situations au sein desquelles les questions empiriques de la recherche seront dramatisées par les personnes concernées, ainsi qu'il en a été au cours des discussions sur les polémiques autour du **NON** au référendum du 29 mai ou sur des événements où l'application de la loi sur l'interdiction de l'utilisation de symboles religieux à l'école est contestée. La fécondité de ces situations ne se trouve pas dans les réponses qui se présentent, mais dans les questions qu'elles posent pour mener une recherche ultérieure et/ou pour les exploiter à travers des entretiens. D'une certaine manière, je reprendrai le souci traditionnel de l'anthropologie avec la force des rituels dans la production de sens et la définition des relations sociales, qui a été exploité avec succès par le Centre d'Anthropologie de la Politique (Peirano 2002 ; Cardoso de Oliveira 2005b).

Enfin, les trois dimensions thématiques que j'ai proposées pour une compréhension élargie des causes judiciaires peuvent être facilement adaptées aux droits de citoyenneté et aux conflits en général, et elles orienteront la perspective du chercheur : (1) la dimension des droits en vigueur dans la société ou la communauté en question, par laquelle se fait une évaluation de la correction normative du comportement ou de la postulation des parties dans la question à l'affiche ; (2) la dimension des intérêts, par laquelle les personnes et les institutions font une évaluation des avantages et/ou des dommages matériels provoqués par l'observation ou le manque de respect des droits en vigueur ou plaidés par les parties concernées ; et (3) la dimension de la reconnaissance, par laquelle les personnes concernées veulent voir leur dignité reconnue par les interlocuteurs et/ou par l'État par un traitement respectueux et plein de considération.⁶

⁶ Les trois dimensions ont été adaptées à partir de ma formulation originale dans Cardoso de Oliveira (2004: 127).

Synthèse de la bibliographie de référence

Outre l'interlocution avec la bibliographie qui a rendu possible la formulation de la problématique, en partie associée à mon travail de recherche précédant, les références au contexte français pourraient être divisées en trois ou en quatre axes complémentaires ; (1) la considération et la reconnaissance ; (2) la réciprocité et le paradigme du don ; (3) la citoyenneté et le multiculturalisme, et (4) les ethnographies sur la citoyenneté et la démocratie en France et dans l'Union européenne.

Tout d'abord un mot sur la bibliographie qui a orienté la formulation de la problématique. Depuis ma comparaison initiale entre le Brésil et les États-Unis (Cardoso de Oliveira 1996), j'ai tiré bénéfice des travaux de Berger (1983) et de Taylor (1989 ; 1993 ; 1994 ; 2004) sur la transformation de la notion d'honneur en dignité et sur ses implications sur les notions du moi, personne, individu et citoyen, débouchant sur la problématique de la reconnaissance. Dans un deuxième moment j'ai intégré les contributions d'Honneth (1996) à partir de la notion hégélienne de *Mißachtung* ou de déconsidération (littéralement inattention), ou de celles qui sont rassemblées dans le recueil édité par Haroche et Vatin sur la considération et son opposé (1998), lesquelles m'ont permis de caractériser avec plus de fermeté le manque de reconnaissance comme une insulte morale. C'est à dire, non seulement comme le manque d'attention à un droit humain dont la mise en place serait souhaitable, mais aussi comme un acte inacceptable qui, au moins dans certaines circonstances, demanderait une réparation à la lumière des principes qui régissent les démocraties modernes-contemporaines. J'ai donc défini conceptuellement l'insulte comme un événement ayant deux caractéristiques fondamentales : « (1) il s'agit d'une agression objective des droits, ne pouvant pas être entièrement traduite par des évidences matérielles ; et (2) elle implique toujours une dévalorisation ou une négation de l'identité de l'autre » (Cardoso de Oliveira 2005a).

La première connexion importante de cette formulation dans le contexte français se fait à travers l'ouvrage d'Haroche et Vatin mentionné ci-dessus, sur la considération, et à travers la littérature sur le don ou la réciprocité comme nouveau paradigme. Le dialogue avec ces deux axes de préoccupation marque la réception de la problématique de la reconnaissance en France et il est difficile de les séparer de manière radicale. L'ouvrage organisé par Haroche et Vatin (idem) rassemble des contributions de différentes branches des sciences humaines (d'anthropologues, sociologues, philosophes, historiens, juristes). Ces contributions révèlent ainsi l'étendue du débat et indiquent l'importance de l'héritage de Rousseau dans la perspective française sur la reconnaissance. De son côté, l'attention portée sur le don ou sur la réciprocité a pour principale référence la Revue du M.A.U.S.S., dirigée par Alain Caillé, dont le numéro 23, publié en 2004, est entièrement consacré au thème de la reconnaissance sous le titre « De la reconnaissance – don, identité et estime de soi ». En sus de contenir des textes importants du groupe le plus lié à ladite revue (et au Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales), ce numéro diffuse également des contributions d'Honneth et de Fraser, qui sont des références importantes pour le débat plus large (Fraser et Honneth 2003), ainsi que le travail intéressant d'un sociologue brésilien (Martins 2004 : 381-393). A mon avis, l'un des aspects importants des discussions du M.A.U.S.S. se trouve dans l'accent mis sur le lien social dans les relations analysées à partir du concept du don (Godbout & Caillé 1992 ; Caillé 1998 ; Godbout 1998). Dans ce contexte, j'ai caractérisé les situations au sein desquelles l'insulte morale occupe le premier plan, ainsi que celles où la qualité du lien social entre les parties est plus significative pour ces dernières que la dimension des intérêts ou des droits individuels (subjectifs). C'est à dire, la dimension thématique de la reconnaissance aurait préséance et, à partir de la

logique du don, j'ai suggéré que la reconnaissance serait l'autre côté du *hau* du donateur dans la formulation originale de Mauss (Cardoso de Oliveira 2004 : 122-135).

Dans l'une de ses dernières publications, Ricoeur (2005) entreprend une discussion élargie sur la problématique de la reconnaissance et établit un dialogue avec différentes perspectives et traditions. Il articule ainsi la reconnaissance avec les perspectives du don et de la considération et suggère plusieurs possibilités intéressantes pour aborder ce thème, à partir de l'articulation avec l'ouvrage d'auteurs tels que Boltanski (1990), Boltanski & Thévenot (1991), Anspect (2002) et Hénaff (2002). Toutes ces approches ont en commun sur la question de la reconnaissance et de son contraire, l'insulte morale, l'attribution d'une emphase spéciale ou une certaine préséance à la dimension symbolique des relations sociales pour les rendre intelligibles.

Le troisième axe de la bibliographie de référence est celui qui contemple la relation entre citoyenneté et multiculturalisme dans le cadre du républicanisme français. J'ai déjà mentionné le livre d'Amselle (1996), à partir d'une perspective critique à l'auto-compréhension de ce républicanisme, et les travaux de Schnapper (1994 ; 1998 ; 2000 ; 2002), lesquels ont la prétention d'éclaircir les demandes multiculturalistes à partir de l'optique républicaine de la neutralité culturelle dans l'espace public. Suivant cette même ligne, mais avec des différences importantes d'emphase et tout en privilégiant le discours philosophique sur la relation entre la tolérance et le pluralisme, j'ai consulté un intéressant recueil organisé par Dumouchel & Melkevik (1998). Je n'ai toujours pas réussi à avoir accès aux travaux de Wieviorka (2001 ; 2003), qui apparemment cherche à rattraper la dimension universaliste des étendards multiculturalistes au-delà des limites définies par le républicanisme, peut-être d'une façon similaire à celles de Kymlicka (1995) dans le cadre du libéralisme. Sur ce thème, il me faudra également avoir accès à l'ouvrage de Touraine (1997).

Le dernier axe des références a un caractère plus ethnographique et, dans un premier temps, il doit privilégier des travaux tels que ceux d'Isaac Joseph (1998) et ceux qui ont été produits dans le laboratoire auquel je serai rattaché (LAIOS), ce qui facilitera le dialogue direct avec les auteurs. Je connais déjà une partie de cette production, telle que l'ethnographie d'Abélès sur le Parlement européen (1992), ou le recueil organisé par ce dernier et par Jeudy sur l'Anthropologie du politique (1997). Cependant, le laboratoire a un nombre important de chercheurs qui travaillent sur le thème de la citoyenneté, de l'identité et de la démocratie dans l'Union européenne, et en France. Dans ce sens, les travaux de Bellier (2000 ; 2001 ; 2002) sur la citoyenneté et l'identité dans l'Union européenne, ou ceux de Neveu (2001 ; 2002 ; 2003) et de Laborde (2000 ; 2004) sur les quartiers en milieu urbain français ou sur les régions basques en France, sont en tête dans ma liste.

Objectifs, délimitation de l'objet et méthodologie

Tel qu'il a été défini au long du présent exposé, l'objectif principal de mon stage en France se tient à l'analyse de la perception française sur la relation entre le droit et l'identité sur le plan de la citoyenneté, comme contrepoint des réflexions que je mène sur ce thème à partir de la comparaison entre le Brésil, les EUA et le Canada/Québec. Dans cette entreprise, ce travail sera développé en suivant le débat public sur ce sujet et axé sur deux problématiques empiriques bien délimitées : (1) la loi sur l'utilisation de symboles religieux à l'école ; et (2) le **NON** français à la Constitution européenne. Outre le matériel disponible dans la presse et les médias d'une manière générale, la recherche sur les deux problématiques empiriques sera articulée autour du dialogue avec

la littérature sur les quatre axes complémentaires délimités ci-dessus, à la Synthèse de la Bibliographie de Référence. Grâce à l'interaction avec les collègues du LAIOS, je pourrais élargir mon rapport direct avec l'univers académique-intellectuel parisien, en participant à des séminaires et à des événements qui me permettront de discuter du thème de la recherche. A ce propos, j'établis déjà des contacts avec des collègues d'autres institutions qui sont intéressées par ce sujet et auxquels seront adressées, en novembre, des copies de la version française de mon livre comparatif sur le Brésil, le Québec et les EUA (2002 ; 2005b), dont la parution est prévue prochainement en France et au Québec. J'envisage de travailler uniquement avec des données qualitatives ayant pour base l'analyse de textes, des entretiens informels et l'observation participative, au cours de ces trois mois d'immersion dans la vie quotidienne à Paris.

Plan de travail, agenda et analyse des résultats

En ce qui concerne le plan de travail, ainsi que son organisation à Paris, j'envisage des lectures d'ethnographies sur la citoyenneté et la démocratie en France ou en rapport avec le multiculturalisme (axes 3 et 4) pendant le premier mois du stage, et j'intégrerai de façon systématique les autres axes thématiques de la littérature au cours des deux derniers mois. Les entretiens s'intensifieront pendant cette deuxième étape du stage. Enfin, l'analyse du matériel sera réalisée à mon retour au Brésil, et les résultats seront diffusés dans des revues spécialisées.

Referências // Références

- Abélès, M.
1992 *La vie quotidienne au Parlement Européen*. Paris: Hachette.
- Abélès, M. & H-P Jeudy (orgs.)
1997 *Anthropologie du politique*. Paris: Armand Colin.
- Amselle, J-L
1996 *Vers un multiculturalisme français*. France: Aubier.
- Bellier, I.
2000 "The European Union, Identity Politics and the 'Logic of Interests' representation", in I. Bellier, T.M. Wilson (eds), *An Anthropology of the European Union: Building, imagining, experiencing Europe*, Oxford, Berg.

2001 "Pluralisme linguistique et intégration européenne : les tensions identitaires de l'Union", *Horizons philosophiques*, 12 (1), 53-86.

2002 "European Identity, Institutions and Languages in the Context of the Enlargement", *Journal of Language and Politics*, 1 (1), 85-114.
- Berger, P.
1983 "On the Obsolescence of the Concept of Honor", in S. Hauerwas & A. MacIntire (orgs.) *Revisions: Changing Perspectives in Moral Philosophy*, Indiana: University of Notre Dame Press.
- Boltanski, L.
1990 *L'Amour et la Justice comme compétences*. Paris: Métailié.
- Boltanski, L. & L. Thévenot
1991 *De la justification — Les économies de la grandeur*. France: Gallimard.
- Caillé, A.
1998 "Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n° 38, vol. 13, pp. 5-37.
- Cardoso de Oliveira, L.
1996a "Entre o justo e o solidário: Os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA", *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS), n° 31 ano 11, pp.67-81.

2002 *Direito Legal e Insulto Moral — Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 157 páginas (ISBN 85-7316-280-5).

2004 "Honra, dignidade e reciprocidade", em Martins, P. H. & Nunes, B. F. (orgs.) *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Editora Paralelo 15, pp. 122-135.

2005a "Direitos, Insulto e Cidadania (Existe Violência Sem Agressão Moral?)". *Série Antropologia n° 371*, Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2005.

2005b *Droit légal et insulte morale — Dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 172 pag. (ISBN 2-7637-8219-1).

DaMatta, R.

1979 "Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil", in R. DaMatta *Carnavais, Malandros e Heróis*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Dumont, L.

1991 *L'idéologie allemande — France-Allemagne et retour*. Paris: Éditions Gallimard.

1994 *German Ideology — From France to Germany and Back*. Chicago: The University of Chicago Press.

Dumouchel, P. & B. Melkevik

1998 *Tolérance, pluralisme & histoire*. Paris: Harmattan.

Fraser, N. & A. Honneth

2003 *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. New York: Verso.

Godbout, J.

1998 "Introdução à Dádiva". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n° 38, vol. 13, pp. 39-51.

Godbout, J & A. Caillé

1992 *L'Esprit du don*. Quebec: Boreal.

Habermas, J.

1998 "Trois modèles normatifs de la démocratie", in *L'intégration républicaine: Essais de théorie politique*. Paris: Fayard, pp. 259-274.

Haroche, C. & J-C. Vatin (orgs.)

1998 *La Considération*. Paris: Deselée de Brouwer.

Hénaff, M.

2002 *Le prix de la vérité: le don, l'argent, la philosophie*. Paris: Seuil.

- Honneth, A.
1996 *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Igreja, R.
2005 *Estado, Diferença Cultural e Políticas Multiculturalistas: uma comparação entre Brasil e México*. Tese de doutorado apresentada ao CEPPAC-UnB.
- Joseph, I.
1998 *La ville sans qualités*. France: l'aube.
- Kant de Lima, R.
1995 *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos* (2a edição revista). Rio de Janeiro: Forense.
- Kymlicka, W.
1995 *Multicultural Citizenship*. Oxford: Clarendon Press.
- Laborde, D.
2000 "Institutions culturelles et politique linguistique en Pays basque de France", in Ton Dekker, John Helsloot, Carla Wijers (eds), *Roots and Rituals. The Construction of Ethnic Identities*, Amsterdam, Het Spinhuis.

2004 "Appartient-il à la justice de devancer l'histoire ? De quelques procès de militants basques à Paris", in *Id.* (éd.), *op. cit.*, 233-298.
- Martins, P.
2004 "État, don et revenu de citoyenneté", in *Revue du M.A.U.S.S.* n° 23 pp. 381-393 (De la reconnaissance — Don, identité et estime de soi).
- Neveu, C.
2001 "L'accès à l'espace public entre politiques publiques et 'dérive ethnique'. L'expérience d'associations 'de jeunes' à Roubaix", in A. Vulbeau (éd.), *La Jeunesse comme ressource. Expérimentations et expérience dans l'espace public*, Saint-Denis, Obvies-Érès (coll. "Questions vives sur la banlieue"), 213-227.
2002 "Devenir européen, entre individuation et emprise des cadres nationaux", *Anthropologie et Sociétés*, 26-1, 127-138.

2003 *Citoyenneté et espace public. Citoyens, habitants et jeunes dans une ville du Nord*, Lille, Éd. du Septentrion.
- Peirano, M.
2002 *O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Ricoeur, P.
2005 *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Stock.

Schnapper, D.

1994 *La communauté des citoyens: sur l'idée moderne de nation*. Paris: Gallimard.

1998 *La relation à l'autre: au coeur de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard.

2000 "Comment reconnaître les droits culturels?", in Kymlicka, W. & S. Mesure (orgs) *Comprendre les identités culturelles*. Paris: PUF, pp. 253-270.

2002 *La démocratie providentielle*. Paris: Gallimard.

Taylor, C.

1989 *Sources of the Self: the making of the modern identity*. Cambridge: Harvard University Press.

1993 *Reconciling the Solitudes: Essays on Canadian Federalism and Nationalism*. Montreal: McGill-Queen's University Press.

1994 "The Politics of Recognition", in A. Gutmann (org.) *Multiculturalism and "The Politics of Recognition"*, New Jersey: Princeton University Press, pp. 25-73.

2004 *Modern Social Imaginaries*. Durham: Duke University Press.

Tourraine, A.

1997 *Pourrons nous vivre ensemble? Egaux et différents*. Paris: Fayard.

Wiewiorka, M.

2001 *La difference*. Paris: Balland.

2003 *Un autre monde est possible*. Paris: Balland.